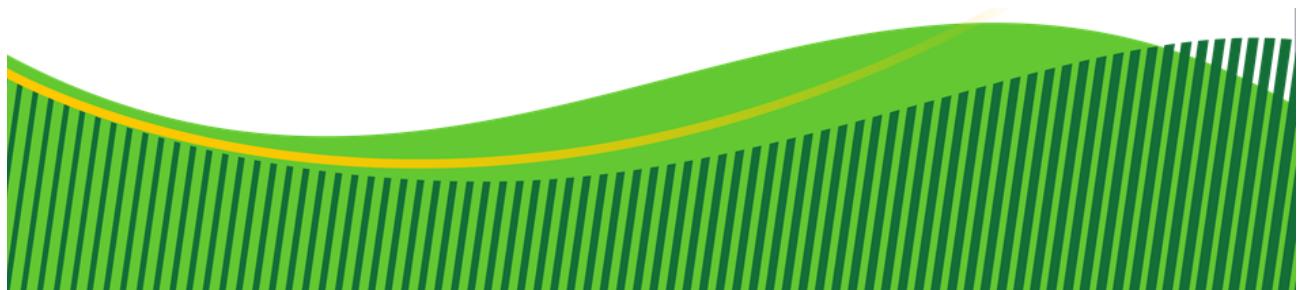


Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Integração Rota das Terras -
Sicredi Integração Rota das Terras RS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração Rota das Terras - Sicredi
Integração Rota das Terras RS
Tapera - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração Rota das Terras - Sicredi Integração Rota das Terras RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração Rota das Terras - Sicredi Integração Rota das Terras RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração Rota das Terras - Sicredi Integração Rota das Terras RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração Rota das Terras - Sicredi Integração Rota das Terras RS
CNPJ/MF nº 87.510.475/0001-06

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016		
CIRCULANTE	495.754	485.573	CIRCULANTE	242.287	228.573		
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	2.249	2.391	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	55.317	52.117
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		216.018	212.806	Depósitos à Vista		39.546	36.743
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1	2	Depósitos a Prazo		15.771	15.374
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		331	5	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	160.384	152.519
Correspondentes no país		386	625	Repasses Interfinanceiros		160.384	152.519
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	215.300	212.174	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		708	602
OPERACÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	262.081	256.322	Recursos em Trânsito de Terceiros		708	602
Operações de Crédito		277.602	272.978	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	6.751	6.771
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)		(15.521)	(16.656)	Empréstimos País - Outras Instituições		6.751	6.771
OUTROS CRÉDITOS		10.763	9.847	OUTRAS OBRIGAÇÕES		19.127	16.564
Créditos por Avais e Fianças Honrados		269	439	Cobrança e Arrecadação de Tributos		110	69
Rendas a Receber		995	1.321	Sociais e Estatutárias		1.717	1.321
Créditos Específicos		535	487	Fiscais e Previdenciárias		885	859
Diversos	(NOTA 07)	9.814	8.508	Diversas	(NOTA 14)	16.415	14.315
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvidosa)		(850)	(908)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	4.643	4.207				
Outros Valores e Bens		4.909	4.467				
(Provisão para desvalorização)		(300)	(300)				
Despesas Antecipadas		34	40				
NÃO CIRCULANTE	88.940	77.959	NÃO CIRCULANTE	185.324	199.255		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		88.940	77.959	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		185.324	199.255
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	566	294	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	181.872	195.544
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		566	294	Depósitos a Prazo		181.872	195.544
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	60.280	51.194	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	3.452	3.711
Operações de Crédito		72.017	63.627	Repasses Interfinanceiros		3.452	3.711
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)		(11.737)	(12.433)				
OUTROS CRÉDITOS		641	63				
Diversos	(NOTA 07)	648	64				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvidosa)		(7)	(1)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	-	1				
Despesas Antecipadas		-	1				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	19.929	19.945	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		157.083	135.704
Outros Investimentos		19.929	19.945	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	70.480	64.072
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	4.654	3.676	De Domiciliados no País		70.480	64.073
Imóveis de Uso		3.289	3.243	(Capital a Realizar)		-	(1)
Outras Imobilizações de Uso		5.482	4.380	RESERVAS DE SOBRAS		79.157	64.405
(Depreciação acumulada)		(4.117)	(3.947)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.446	7.227
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	2.870	2.786				
Outros Ativos Intangíveis		5.618	4.837				
(Amortização acumulada)		(2.748)	(2.051)				
TOTAL DO ATIVO	584.694	563.532	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	584.694	563.532		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração Rota das Terras - Sicredi Integração Rota das Terras RS
CNPJ/MF nº 87.510.475/0001-06

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	28.889	-	28.889	58.378	5	58.383	59.350	6	59.356
Operações de Crédito	28.872	-	28.872	58.342	5	58.347	57.749	6	57.755
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	16	-	16	33	-	33	1.523	-	1.523
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	3	-	3	78	-	78
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(17.577)	(436)	(18.013)	(35.144)	(749)	(35.893)	(46.284)	(523)	(46.807)
Operações de Captação no Mercado	(7.814)	(15)	(7.829)	(18.903)	(25)	(18.928)	(26.404)	(18)	(26.422)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.911)	(421)	(5.332)	(10.152)	(724)	(10.876)	(9.855)	(505)	(10.360)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.852)	-	(4.852)	(6.089)	-	(6.089)	(10.025)	-	(10.025)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	11.312	(436)	10.876	23.234	(744)	22.490	13.066	(517)	12.549
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(2.144)	1.946	(198)	710	3.584	4.294	6.036	3.080	9.116
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.406	3.294	5.700	4.862	5.980	10.842	4.906	4.464	9.370
Rendas de Tarifas Bancárias	1.539	-	1.539	2.985	-	2.985	2.704	-	2.704
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.246)	(717)	(8.963)	(15.783)	(1.154)	(16.937)	(15.082)	(792)	(15.874)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(4.318)	(478)	(4.796)	(8.308)	(844)	(9.152)	(7.920)	(659)	(8.579)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(36)	(168)	(204)	(63)	(304)	(367)	(124)	(230)	(354)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	10.973	237	11.210	25.182	246	25.428	32.389	526	32.915
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(4.462)	(222)	(4.684)	(8.165)	(340)	(8.505)	(10.837)	(229)	(11.066)
RESULTADO OPERACIONAL	9.168	1.510	10.678	23.944	2.840	26.784	19.102	2.563	21.665
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(43)	124	81	(45)	136	91	23	-	23
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	9.125	1.634	10.759	23.899	2.976	26.875	19.125	2.563	21.688
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	374	374	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	217	217	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	157	157	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	9.125	2.008	11.133	23.899	2.976	26.875	19.125	2.563	21.688
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.976	(2.976)	-	2.563	(2.563)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.125	2.008	11.133	26.875	-	26.875	21.688	-	21.688
DESTINAÇÕES	-	-	-	(19.429)	-	(19.429)	(14.461)	-	(14.461)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.613)	-	(4.613)	(4.940)	-	(4.940)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.064)	-	(1.064)	(803)	-	(803)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(12.765)	-	(12.765)	(8.030)	-	(8.030)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(987)	-	(987)	(688)	-	(688)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7.446	-	7.446	7.227	-	7.227

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração Rota das Terras - Sicredi Integração Rota das Terras RS
CNPJ/MF nº 87.510.475/0001-06

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	54.113	53.987	7.027	115.127
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.306	-	(5.306)	-
Destinações para reservas	-	1.700	(1.700)	-
Outras destinações	-	-	(21)	(21)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.050	-	-	1.050
Baixas de capital	(1.232)	-	-	(1.232)
Resultado do período	-	-	21.688	21.688
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(803)	(803)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.030	(8.030)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.835	-	(4.940)	(105)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	688	(688)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	64.072	64.405	7.227	135.704
Mutações do Período	9.959	10.418	200	20.577
Saldos no início do período em 01/01/2017	64.072	64.405	7.227	135.704
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.996	-	(5.992)	(1.996)
Destinações para reservas	-	1.000	(1.000)	-
Outras destinações	-	-	(235)	(235)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	96	-	-	96
Baixas de capital	(2.207)	-	-	(2.207)
Resultado do período	-	-	26.875	26.875
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.064)	(1.064)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.765	(12.765)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.523	-	(4.613)	(90)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	987	(987)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	70.480	79.157	7.446	157.083
Mutações do Período	6.408	14.752	219	21.379
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	66.787	65.405	15.742	147.934
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	40	-	-	40
Baixas de capital	(870)	-	-	(870)
Resultado do período	-	-	11.133	11.133
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.064)	(1.064)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.765	(12.765)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.523	-	(4.613)	(90)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	987	(987)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	70.480	79.157	7.446	157.083
Mutações do Período	3.693	13.752	(8.296)	9.149

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração Rota das Terras - Sicredi Integração Rota das Terras RS
CNPJ/MF nº 87.510.475/0001-06

	01/07/2017 a 31/12/2017	(Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	11.694		25.443	27.642
Resultado do semestre/exercício	11.133		26.875	21.688
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	561		(1.432)	5.954
(Reversão) Provisão para operações de crédito	1.162		(1.832)	5.582
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	9		(51)	(6)
Depreciação do imobilizado de uso	273		513	520
Amortização do intangível	346		697	427
Baixas do ativo permanente	13		13	40
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	2		25	(6)
Destinações ao FATES	(1.064)		(1.064)	(803)
Dividendos SicrediPar	(180)		267	200
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(17.298)		(15.759)	1.882
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(256)		(273)	1.222
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	1.669		1	(2)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(299)		(326)	3.041
Redução em relações com correspondentes	310		239	225
(Aumento) em operações de crédito	(8.946)		(13.014)	(24.736)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(2.966)		7.606	6.259
(Aumento) em outros créditos	(1.273)		(1.708)	(1.023)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	763		(435)	(4.175)
Aumento (Redução) em depósitos	(10.238)		(10.473)	21.624
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	464		106	(74)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(417)		(19)	(984)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(386)		(1.063)	(1.377)
Aumento em outras obrigações	4.277		3.600	1.882
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.604)		9.684	29.524
Aquisição de Investimentos	-		16	(1.953)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.256)		(1.504)	(292)
Aplicações no Intangível	(459)		(780)	(792)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.715)		(2.268)	(3.037)
Integralização de capital	40		96	1.050
Baixa de capital	(870)		(2.207)	(1.232)
Juros ao capital próprio	(90)		(90)	(105)
Distribuição de Sobras	-		(2.231)	(21)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(920)		(4.432)	(308)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(8.239)		2.984	26.179
Caixa e equivalente de caixa no início do período	225.788		214.565	188.386
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	217.549		217.549	214.565

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração Rota das Terras - Sicredi Integração Rota das Terras RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 24/02/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(47.475)	668	(46.807)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida	(10.693)	668	(10.025)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(8.800)	221	(8.579)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(10.177)	(889)	(11.066)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliação procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	2.249	2.391
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	215.300	212.174
Total	217.549	214.565

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APlicações INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	566	294
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	566	294
Total realizável a longo prazo	566	294

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	96.810	53.452	150.262	144.089
Financiamentos	9.787	9.107	18.894	17.878
Financiamentos rurais e agroindustriais	171.005	9.458	180.463	174.638
Carteira total	277.602	72.017	349.619	336.605

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	269	-	269	439
Devedores por compra de valores e bens	257	647	904	105
Títulos e créditos a receber (i)	7.419	1	7.420	6.236
Total	7.945	648	8.593	6.780

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	95.409	101.530	477	508
Nível B	1,00	143.896	131.684	1.439	1.317
Nível C	3,00	67.253	58.799	2.018	1.764
Nível D	10,00	19.909	16.335	1.991	1.634
Nível E	30,00	6.103	7.220	1.831	2.166
Nível F	50,00	8.383	8.939	4.192	4.470
Nível G	70,00	5.424	4.083	3.797	2.858
Nível H	100,00	11.835	14.795	11.835	14.795
Total (i)		358.212	343.385	27.580	29.512

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 535 (2016 - R\$ 486).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.616	30.915	53.112	52.967	141.610	127.527
Rural	607	33.161	137.237	9.458	180.463	174.638
Industrial	16	5.056	1.248	452	6.772	8.736
Comércio	199	6.340	4.042	4.207	14.788	17.056
Outros Serviços	213	3.697	5.088	5.581	14.579	15.428
Total	5.651	79.169	200.727	72.665	358.212	343.385

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	31.298	8,74	36.132	10,52
50 devedores seguintes	66.440	18,55	64.027	18,65
100 devedores seguintes	54.110	15,11	49.702	14,47
Demais	206.364	57,61	193.524	56,36
Total	358.212	100	343.385	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	29.998	24.422
Constituição de provisão	6.089	10.025
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.972)	(4.449)
Saldo final	28.115	29.998

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.173 (2016 - R\$ 1.476), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 9.551 (2016 - R\$ 9.627).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	89	70
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.234	1.361
Devedores por compra de valores e bens	257	42
Devedores por depósitos em garantia	37	-
Impostos e contribuições a compensar	416	330
Títulos e créditos a receber	7.419	6.235
Valores honrados	24	24
Devedores por convênios	117	103
Operações com cartões	26	27
Pendências a regularizar	41	13
Outros	154	303
Total Circulante	9.814	8.508

Devedores por compra de valores e bens	647	63
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	648	64

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	4.909	4.467
Imóveis	4.541	4.152
Veículos e afins	68	15
Bens em regime especial	300	300
Despesas antecipadas	34	40
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(300)	(300)
Total Circulante	4.643	4.207
Despesas antecipadas	-	1
Total realizável a longo prazo	-	1

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 300 (2016 - R\$ 300) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	10.045	10.045
Sicredi Participações S.A.	9.882	9.882
Outras Participações e Investimentos	2	18
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Outras Ações e Cotas	-	16
Total	19.929	19.945

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	3.206.825 ON	3.206.825 ON	2	2	10.045.153	10.045.153
	6.675.085 PN	6.675.085 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,13%	1,14%	1,22%	1,27%	2,86%	2,86%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	9.882	9.882	2	2	10.045	10.045

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	8.771	(4.117)	4.654	3.676
Imobilizações em curso	-	633	-	633	21
Terrenos	-	113	-	113	112
Edificações	4%	3.176	(1.013)	2.163	2.234
Instalações	10%	675	(358)	317	217
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.310	(855)	455	473
Sistema de comunicação	10%	104	(75)	29	33
Sistema de processamento de dados	20%	1.623	(1.240)	383	347
Sistema de segurança	10%	358	(235)	123	95
Sistema de transporte	20%	779	(341)	438	144
Intangível (i)		5.618	(2.748)	2.870	2.786
Investimentos Confederação		5.618	(2.748)	2.870	2.786
Total		14.389	(6.865)	7.524	6.462

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	39.546	-	-	39.546	36.743
Depósitos a prazo	5.667	10.104	181.872	197.643	210.918
Total	45.213	10.104	181.872	237.189	247.661

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	160.384	152.109
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	160.384	152.109
Outros Recursos	-	410
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	410
Total circulante	160.384	152.519
Recursos do Crédito Rural	3.452	3.711
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.452	3.711
Total exigível a longo prazo	3.452	3.711

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 25/10/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	6.751	6.771
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	6.751	6.771
Total circulante	6.751	6.771

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Obrigações por convênios oficiais	1	1
Provisão para pagamentos a efetuar	4.320	3.997
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	129	104
Outras Contingências	24	31
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3.613	3.506
Pendências a regularizar	27	-
Operações com cartões	7.298	5.991
Demais fornecedores	481	365
Credores diversos	522	320
Total circulante	16.415	14.315

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	20	37	(20)	37
Cível	84	12	(4)	92
Total	104	49	(24)	129

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	37	20
Cível	Provável	92	84
Total		129	104

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 205 e R\$ 152 (2016 - R\$ 3 para Cível), respectivamente.

Adicionalmente, a Cooperativa possui em andamento os processos administrativos, versando sobre matéria tributária em que discute a ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. Os processos encontram-se em fase de impugnação tramitando junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, atingindo o montante de R\$ 152, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	70.480	64.072
Total de associados	26.178	24.991

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.408 (2016 – R\$ 9.959), sendo R\$ 8.519 (2016 – R\$ 10.141) via integralização de resultados e R\$ 96 (2016 – R\$ 1.050), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.207 (2016 – R\$ 1.232).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração Rota das Terras - Sicredi Integração Rota das Terras RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.613, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração Rota das Terras - Sicredi Integração Rota das Terras RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	26.875	21.688
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(11.288)	(9.109)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	16	(3)
Provisão PPR	28	29
Receita com atos cooperativos	10.038	8.033
Juros sobre capital próprio	1.937	2.075
Outros	(731)	(1.025)
Subtotal	11.288	9.109
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	566	294
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	215.300	212.174
Outros Créditos - Rendas a receber	687	586
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.252	1.454
Investimentos (Nota 09)	19.929	19.929
Intangível (Nota 10)	2.870	2.786
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	163.836	156.230
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	6.751	6.771
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	7.301	5.916
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	33	1.523
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	4.622	3.998
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	22.029	27.118
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	10.876	10.360
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	471	447
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	4.413	3.926

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	68	0,17%	91
Depósitos a prazo	1.775	0,90%	1.594
Operações de crédito	1.942	0,56%	1.966

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	1.827	2.283

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	240	248
Despesa de aluguéis	331	273
Despesa de comunicação	435	374
Despesa de manutenção e conservação	767	717
Despesa de material	208	198
Despesa processamento dados	175	126
Despesa de promoções e relações públicas	1.210	867
Despesa de propaganda e publicidade	214	217
Despesa de seguro	101	97
Despesa de serviços do sistema financeiro	790	744
Despesa de serviços de terceiros	410	285
Despesa de serviços de vigilância e segurança	625	593
Despesa de serviços de técnicos especializados	982	1.053
Despesa de serviços de transpostes	249	176
Despesa de viagem	34	17
Outras despesas administrativas	2.381	2.594
Total	9.152	8.579

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	912	1.430
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	21.125	25.495
Reversão de provisões operacionais	1.986	3.992
Outras rendas operacionais	1.405	1.998
Total	25.428	32.915

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.089	969
Contribuição O.C.E.	109	93
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	210	212
Contribuição Confederação Sicredi	2.857	2.344
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	392	420
Contribuição Sureg	-	2
Encargos da administração financeira	119	145
Repasso administradora de Cartões	294	326
Depreciação e amortização	698	431
Outras provisões operacionais	1.967	5.148
Outras despesas operacionais	770	976
Total	8.505	11.066

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	123.286	120.878
Coobrigações em cessões de crédito	290	326
Total	123.576	121.204

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	155.122	134.441
Nível I (NI)	155.122	134.441
Capital principal - CP	155.122	134.441
Capital social	70.480	64.072
Reservas de capital	79.157	64.405
Lucros acumulados	7.446	7.227
Ajustes Prudenciais	(1.961)	(1.263)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	498.468	470.549
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	870	928
Margem de Capital (i)	101.912	87.047
Índice de Basileia (PR / RWA)	31,12%	28,57%
Situação de Imobilização (Imob)	5.564	5.217
Índice de Imobilização (Imob / PR)	3,59%	3,88%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Luiz Fernando Scartezini
Diretor Executivo
CPF: 580.996.540-72

César Luiz Ritter
Diretor de Operações
CPF: 564.351.180-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20